



CÂMARA TÉCNICA INSTITUCIONAL E LEGAL (CTIL)
Ata da 82ª reunião, realizada em 26 de novembro de 2018

1 Em 26 de novembro de 2018, reuniu-se extraordinariamente a Câmara
2 Técnica Institucional e Legal (CTIL) do Conselho Estadual de Recursos
3 Hídricos (CERH), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
4 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os
5 seguintes membros titulares e suplentes: o presidente Carlos Alberto Santos
6 Oliveira, representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de
7 Minas Gerais (Faemg). Representantes do poder público estadual: Marcelo
8 da Fonseca, da SEMAD; Lívia Regina Baptista Gamboge Reis, da Agência
9 Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento
10 Sanitário do Estado de Minas Gerais (Arsae); Luciano José Alvarenga, do
11 Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG). Representante do
12 poder público municipal: Rodrigo José Gonçalves, da Prefeitura Municipal de
13 Betim. Representantes dos usuários de recursos hídricos: Denise Bernardes
14 Couto, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg);
15 Denes Martins da Costa Lott, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).
16 Representantes da sociedade civil: Helena Lúcia Menezes Ferreira, do
17 Conselho Regional de Biologia (CRBio); José de Castro Procópio, do
18 Instituto Guaicuy – SOS Rio das Velhas. **Assuntos em pauta. 1)**
19 **ABERTURA.** O presidente Carlos Alberto Santos Oliveira declarou aberta a
20 82ª reunião da Câmara Técnica Institucional e Legal. **2) COMUNICADOS**
21 **DOS CONSELHEIROS.** Conselheiro Luciano José Alvarenga: “Eu venho só
22 justificar a minha ausência na primeira reunião desta Câmara. Eu estava de
23 licença paternidade, e o suplente também não pôde nos representar aqui na
24 reunião.” **DELIBERAÇÕES. 3) EXAME DA ATA DA 81ª REUNIÃO.** Ata
25 baixada em diligência pela Presidência para inclusão de sugestões a serem
26 enviadas por conselheiros à Secretaria Executiva. **4) MINUTA DE**
27 **DELIBERAÇÃO NORMATIVA CERH SOBRE INDICADORES DE**
28 **GOVERNANÇA DA GESTÃO DAS ÁGUAS. Apresentação: IGAM.** Minuta
29 de deliberação normativa aprovada por unanimidade, com abstenção do
30 Instituto Guaicuy – SOS Rio das Velhas, nos termos apresentados pelo
31 IGAM, com as alterações e destaques deliberados nesta sessão. **Debates**
32 **que antecederam a votação da minuta de DN.** Conselheiro José de Castro
33 Procópio: “Uma questão que tinha sido levantada pelo titular aqui é com
34 relação à hierarquia desses indicadores, e me pareceu que, no modelo, foi
35 utilizado igualitário, ou seja, não existe indicador com maior valoração do
36 que outro. Essa foi a minha impressão. Com essa impressão, ficamos
37 naquela questão de que alguns indicadores deveriam, provavelmente, ter um

38 peso maior porque são mais efetivos para a real análise da situação.
39 Podemos ter um resultado final que não traduza a realidade efetiva de
40 gestão. A minha pergunta é com relação a essa questão da hierarquia dos
41 valores dos indicadores. Entre os indicadores, nós sentimos a falta de ter
42 uma hierarquia.” Morel Queiroz da Costa Ribeiro/IGAM: “Na verdade, nós
43 chegamos ao entendimento de têm peso igual. Nós estamos nos baseando
44 na proposta que o WWF fez. Nós discutimos, participamos de algumas
45 oficinas. O entendimento dos formuladores dessa proposta é de que essas
46 dimensões têm peso igual, não poderiam ser ponderadas, porque procuram
47 revelar aspectos importantes da gestão. A inter-relação, por exemplo, por
48 dentro das políticas, a inter-relação interestadual. É importante igualmente
49 como implementação dos instrumentos, porque, se não tiver articulação, vai
50 ter prejuízo para a implementação dos instrumentos. Eu nunca vi, nas
51 oficinas das quais eu participei, uma discussão com relação a isso, nesses
52 termos. Eles acham que são iguais, então, não tem peso. O que vai ter peso,
53 na realidade, é no dimensionamento, eventualmente, de variáveis. Por
54 exemplo, um deles só tem três intervalos. Quando se pega o indicador, vai
55 ver que não cabem três situações. Quando se fala, por exemplo, de
56 transparência, se tem informação disponível no site, se está atualizada ou
57 não ou se não existe. Tem cinco possibilidades. Quando se tem alguma
58 coisa em que já está incorporada a temporalidade, então, não faz sentido, e
59 então seriam só três. Mas os pesos, no final, para lançar nas matrizes que
60 têm a pretensão de revelar nível de governança, aí, não haveria diferença
61 entre as dimensões. Essa que é a proposta deles, que nós adotamos e que
62 temos trabalhado.” Conselheiro José de Castro Procópio: “Para mim, ficou
63 claro. Eu já tinha percebido isso. Na realidade, eu estou fazendo o advogado
64 do diabo aqui. Por exemplo, ao mesmo tempo em se que mantém igual, o
65 somatório, ou seja, o resultado final, é que vai dar realmente uma análise do
66 conjunto como um todo. E me contradizendo, por um outro lado, se eu
67 começo a qualificar determinados indicadores como mais importantes ou
68 menos importantes, eu começo também a ser tendencioso nessa análise. Eu
69 estou provocando como discussão. Então, são os dois lados da moeda. Uma
70 é a metodologia como um todo, que já prevê o indicador. Todos eles
71 qualificados, a diferença vai ser a pontuação, mas eles são qualificados
72 como iguais. Eu consegui entender, mas fico na dúvida se isso não seria
73 motivo de mais debates. Mas entendo perfeitamente essa questão da
74 metodologia e do que seria ideal para avaliação.” Conselheira Helena Lúcia
75 Menezes Ferreira: “Primeiro, eu quero parabenizar pelo trabalho, muito
76 brilhante, uma ferramenta e tanto que vai ser disponibilizada para fazer essa
77 avaliação. Uma das minhas dúvidas passava justamente por essa questão
78 de por que não foram ponderados os indicadores, mas a sua explicação me
79 deu a resposta. A outra questão, você deu explicação, mas eu não entendi.
80 Tem hora que a dimensão está composta, no final, por cinco classes e

81 depois em três. Por que essa opção? Por exemplo, o componente 4-A varia
82 de 0, 0,5 e 1. E outros vão de 0, 0,25, 0,50. Por que essa diferença?” Morel
83 Queiroz da Costa Ribeiro/IGAM: “Por exemplo, um indicador escolhido era a
84 disponibilidade de alguma informação seja relevante do ponto de vista
85 público. Ela está disponível? Sim ou não? Ela é atualizada? Sim ou não? Eu
86 fiz uma inversão aqui. Para poder adotar a metodologia, eu tive que fazer o
87 exercício de pegar cada uma das variáveis entregues, adotadas pela USP, e
88 fazer o contrário. Eles fazem uma planilha enorme e colocam os números.
89 Eu fiz o contrário: peguei o indicador e fiz a tradução desse indicador para
90 encaixar dentro de classes como essas aqui. Só que tem algumas que não
91 cabem cinco situações, cabem três. E outras têm mais. Seria isso.”
92 Conselheira Helena Lúcia Menezes Ferreira: “Outra dúvida: quando você
93 apresenta na dimensão 2, e foi a que você utilizou como exemplo,
94 ‘composição quali-quantitativa da equipe de recursos hídricos no órgão
95 gestor, você vem explicando na metodologia que é ‘definida a partir da
96 mensuração de demanda de pessoal realizada no IGAM em 2018’. Eu quero
97 crer que essa metodologia vai ser de uso por longo tempo e vai refinando,
98 como toda metodologia. Será que não seria mais prudente falar ‘no ano
99 vigente’? Vocês não têm um quadro de pessoal definido do ideal, que é a
100 referência para fazer o desvio da realidade em relação ao valor esperado?
101 Você falou que o valor esperado foi de 2018.” Morel Queiroz da Costa
102 Ribeiro/IGAM: “Se chegar, inclusive, a uma condição ideal, essa dimensão
103 deixa de fazer sentido, e você pode excluir esse indicador.” Conselheira
104 Helena Lúcia Menezes Ferreira: “Mas você pode ir ajustando anualmente.
105 Se deixar 2018, quando for 2019, vai que sua necessidade de equipe amplie
106 em função de a demanda ter sido maior?” Morel Queiroz da Costa
107 Ribeiro/IGAM: “Está 2018 porque esse levantamento foi feito somente, a
108 ideia é fazer anualmente.” Conselheira Helena Lúcia Menezes Ferreira: “Mas
109 no quadro de pessoal não tem um número previsto para cada função e
110 cargo, um plano de carreira?” Morel Queiroz da Costa Ribeiro/IGAM: “As
111 instituições têm essa experiência de fazerem uma estimativa, inclusive
112 porque a demanda pode variar muito. Na minha experiência na FEAM, por
113 exemplo, teve um momento em que nós tínhamos uma equipe com 26
114 pessoas. Uma demanda muito forte no licenciamento de aproveitamentos
115 hidrelétricos implicou a ampliação forte da equipe. Quando a demanda
116 refluíu, não havia mais tanta necessidade. Como havia contratação de
117 consultoria externa, isso foi possível. Agora, o que nós estamos pensando
118 nesses termos aqui de capacidade estatal, consoante àquilo que foi
119 proposto pelo WWF, é que não adianta ter boa institucionalidade em termos
120 formais, boa legislação, boas normas e não ter capacidade executiva. Isso
121 implica em ter pessoal. Foi feito um levantamento considerando a demanda
122 existente atualmente e o que existe hoje em termos de quadro de pessoal.
123 Em 2018, seria essa situação. Em 2019, pode ser outra. Essa é a lógica da

124 proposta.” Conselheira Helena Lúcia Menezes Ferreira: “Então, em termos
125 de execução anual, vai ser a cada ano reavaliado, não é? Agora, na sua
126 apresentação, na dimensão 3, você pôs um valor esperado. Esse é
127 considerando que 100% estaria sendo cumpridos para cada uma daquelas?”
128 Morel Queiroz da Costa Ribeiro/IGAM: “Ali tem uma diferença entre o
129 percentual ótimo e o percentual esperado por causa dos cronogramas de
130 execução. No momento em que foi feita a verificação da efetiva
131 implementação e execução da ação prevista em cada plano diretor, foi
132 considerado o cronograma. Porque tem ações com previsão de
133 desenvolvimento ao longo de quatro anos. Se estamos no segundo ano de
134 execução, então, só 50%, se forem quatro anos. Então, em termos de valor
135 esperado, é 100%.” Conselheira Helena Lúcia Menezes Ferreira: “Para
136 aquele período. Ok. Muito obrigada. Só mais uma questão. Na DN,
137 especificamente, um pouco mais de detalhe mesmo, e aí vocês avaliam se é
138 pertinente ou não. Logo no artigo 2º da deliberação, vem conceituando cada
139 um dos termos: indicador, monitoramento governança. Só por questão de
140 padronização do português, uma hora começa com verbo, outra hora
141 começa sem verbo. Eu sugiro que se padronize.” Presidente Carlos Alberto
142 Santos Oliveira: “Eu tenho uma dificuldade muito grande de lidar com essa
143 pretensão do WWF, que originalmente é quem está propondo um modelo de
144 monitoramento da governança do Sistema Estadual de Recursos Hídricos.
145 Quando avaliamos a implementação dos planos de bacia, nós sabemos que
146 em mais de 60% a 70% dos Comitês não tem implementação dos planos de
147 bacia. Aí eu fico entendendo que não devia ser assim, eu fico entendendo
148 como monitorar a governança de implementação de plano de bacia se não
149 tem implementação. Aqui em Minas, o Comitê do Rio Paraopeba nem plano
150 de bacia tem. Mas está ficando pronto. O segundo ponto da minha
151 dificuldade é que os planos de bacia são gigantescos, é uma coisa terrível. E
152 aí eu fico pensando como um Comitê, como uma agência de bacia, que tem
153 que dar apoio ao Comitê, vai pinçar naqueles cinco ou seis volumes as
154 principais ações que devem ser implementadas. Então, eu tenho realmente
155 dificuldade. Mas estava vendo aqui o componente nº 1, dimensão
156 institucional e legal e relações intergovernamentais, frequência de presença
157 dos conselheiros titulares e suplentes nas reuniões ordinárias e
158 extraordinárias. É a indicação do desempenho. O desempenho é zero
159 quando a frequência de presença dos conselheiros titulares é menor que
160 30% nos últimos 12 meses. Eu, que estou próximo de Comitê de Bacia,
161 próximo dessas nossas reuniões aqui do Sistema, sei que a frequência do
162 poder público está muito próxima de 31% a 50%. Nós temos Câmaras,
163 temos Comitês aonde o próprio IGAM não comparece. Na hora que se
164 estava montando esse arcabouço, isso foi pensado, discutido. Além do
165 monitoramento da governança, um dos objetos desse procedimento vai ser
166 ‘o sistema está indo’, ‘está indo mais ou menos’ ou ‘está indo mal’.” Morel

167 Queiroz da Costa Ribeiro/IGAM: “Em primeiro lugar, isso foi retirado daquele
168 conjunto de indicadores que foi aprovado pelo grupo de trabalho construído
169 em 2014. Esse é de mais fácil mensuração, e é óbvio que isso não é uma
170 vigilância. O sentido disso é que, se há necessidade de interação e inter-
171 relação, uma das formas de verificar ou de inferir isso é a presença. E na
172 metodologia do Alan, a dimensão 3, na implementação dos planos, ele
173 também tem isso como um elemento exatamente para o próprio IGAM, se
174 está presente ou não está presente. Se é uma política que é feita em
175 colegiados, a presença, a participação, é fundamental. A forma de inferirmos
176 é a partir da presença. Se há discussão ou não, todas as outras políticas
177 que estão envolvidas na execução da política de gestão de recursos
178 hídricos. A ideia é essa, que isso vai dar um retrato. Quanto aos planos,
179 realmente, de repente, isso é uma forma de também fazer pensar, no âmbito
180 das Bacias, uma possibilidade de elencar prioridades. Porque tem um
181 conjunto de normas, propostas e planos que não consegue ser executado,
182 por falta de recurso, enfim. A ideia é essa. A governança não é uma efetiva
183 verificação como se faz com outros instrumentos que existem, mas é ver a
184 gestão no sentido mais amplo, formal, informal, com a sociedade civil.”
185 Presidente Carlos Alberto Santos Oliveira: “Ver o que temos que fazer.
186 Nesse ano de recursos financeiros difíceis, esse ponto de presença foi muito
187 complicado.” Conselheiro Marcelo da Fonseca: “A proposta, exatamente,
188 dos indicadores é isso, não é fazer uma vigilância simplesmente por fazer.
189 Empiricamente, nós sabemos como está o sistema. Na medida em que
190 elencamos essas dimensões, esses indicadores, isso é para poder fazer um
191 caminho inverso. Se eu estou com o desempenho X, aonde está o nosso
192 problema? É na dimensão A, dimensão B, dimensão C? A partir daí, os
193 atores do sistema diligenciarem para corrigir essas falhas. Por exemplo, uma
194 das dimensões é a capacidade operacional da instituição, do IGAM. É essa
195 a variável mais frágil dentro da governança do Sistema de Recursos
196 Hídricos? Então, é um indicador para todo o Sistema, para aquela variável,
197 para que todos os esforços se mobilizem no sentido de corrigir aquele desvio
198 do parâmetro desejado. Dá transparência para a sociedade de como está o
199 Sistema. Para os gestores, os atores do Sistema, dá também um dever de
200 casa. ‘A minha variável, sobre a qual eu estou responsável, está negativa.
201 Eu tenho que melhorar o desempenho daquela variável.’ Eu acho que o
202 objeto é transparência para a sociedade, mas, para o Sistema, é muito mais
203 uma ferramenta de gestão. Passa a ter uma variável mensurável para
204 acompanhar o desempenho de cada uma das dimensões que foram
205 elencadas aqui para compor a governança.” Presidente Carlos Alberto
206 Santos Oliveira: “Não podemos confundir o entendimento dessa proposta
207 metodológica, o seu entendimento profundo. Nós esperamos que o órgão
208 ambiental, no momento de aprovação dessa deliberação normativa, se
209 instrumentalize para criar esse elenco de informações, fichas e

210 procedimentos de anotações. E também, dentro da linha que a nossa
211 companheira conselheira falou, é um procedimento que vai se iniciar e vai se
212 aprimorar a cada momento.” Conselheiro José de Castro Procópio: “Eu não
213 tenho dúvida da vantagem de se ter indicadores de avaliação, saber com
214 quantos centavos eu estou no bolso é importante, mas tem alguns
215 questionamentos. Eu estou traduzindo aqui a posição do Gazzinelli, que veio
216 às reuniões anteriores e fez o estudo do material. Eu só recebi o material
217 ontem, quando ele disse que não viria. Então, eu estou só traduzindo as
218 dúvidas dele. Ele questiona, por exemplo, que essa DN afeta muito à
219 CTPLAN e a CTIG, em vários momentos essa DN afeta avaliações relativas
220 à CTPLAN e à CTIG, quanto avalia os planos. Ele cita também esse grupo
221 técnico CTIL/CTIG relativo a monitoramento. Ele questiona a respeito disso.
222 Outra questão que ele questiona: por exemplo, está sendo citada a
223 metodologia desenvolvida pelo Alan o tempo todo, mas ela não está sendo
224 apresentada aqui. Ele também está questionando isso, que ele acredita que
225 deveria ser apresentada aqui ou anexada aos documentos. Uma vez que é
226 citada, deveria estar elencada nos documentos. Agora, ele acredita que
227 deveria, sim, passar pela CTIG e pela CTPLAN para aprovação.” Presidente
228 Carlos Alberto Santos Oliveira: “Eu entendo que nós não estamos
229 analisando neste momento o mérito das duas Câmaras que foram faladas,
230 nós estamos trabalhando com um documento chamado indicadores de
231 índice de governança. Eu acho que nós não estamos interferindo no objeto
232 de atuação das Câmaras. Uma coisa é o que as Câmaras têm que fazer,
233 analisar tecnicamente uma questão qualquer que vem de um processo de
234 outorga, de outro procedimento qualquer.” Conselheiro Marcelo da Fonseca:
235 “Nós tivemos uma discussão interna com relação em qual Câmara
236 deveríamos pautar, inicialmente, a proposta de DN. E qual foi o nosso
237 entendimento? Que não se trata de um instrumento de gestão estabelecido
238 na Política de Recursos Hídricos, portanto, não é objeto da CTIG e
239 tampouco da CTPLAN. Veio a esta Câmara porque é a Câmara que presta
240 assessoria ao Plenário quanto aos critérios da legalidade desse instrumento.
241 Se não houvesse esta Câmara, poderia ter sido pautado diretamente no
242 Plenário. Mas, como é competência desta Câmara a análise prévia,
243 principalmente do aspecto de legalidade da norma, ela foi pautada aqui, e
244 nós a estamos discutindo neste momento. Ela não teria objeto de ir para a
245 CETIG, porque não é instrumento de gestão daquele estabelecido na 13.199
246 como objeto da CTIG.” Presidente Carlos Alberto Santos Oliveira: “É o que
247 eu acho também. Nós falamos mais ou menos a mesma coisa de forma
248 diferente.” Conselheiro José de Castro Procópio: “A dúvida é se ela não
249 afeta esse grupo técnico CTIL/CTIG referente a ferramentas de
250 monitoramento.” Conselheiro Marcelo da Fonseca: “O escopo do grupo que
251 foi constituído pelas duas Câmaras é monitoramento quali-quantitativo. Por
252 exemplo, estações de monitoramento pluviométrico, estações de

253 monitoramento de qualidade de água. Não é esse monitoramento aqui
254 estabelecido.” Presidente Carlos Alberto Santos Oliveira: “Na realidade, o
255 grande para casa a ser feito não é na CTIL, CTPLAN e CTIG, o grande para
256 casa é interno no IGAM. E eu perguntei aqui ao Morel, tem um grande
257 trabalho de se instrumentalizar para preencher ficha, fazer cadastro,
258 preencher documento. Nada que vai ao mérito. O que estamos pretendendo
259 é trabalhar com indicadores de governança.” Conselheiro José de Castro
260 Procópio: “Para mim, está claro. Fica a minha dúvida se um dia o sistema de
261 informação do Estado vai funcionar efetivamente sem falta de dados, com
262 lançamento de dados. Aí já é uma crítica.” Presidente Carlos Alberto Santos
263 Oliveira: “Nós sabemos, essa questão que eu coloquei, o órgão ambiental
264 IGAM se instrumentalizar para produzir esses indicadores aqui, a ponto de
265 chegar para nós um relatório final com dez folhas, isso aí só Deus que
266 sabe.” Conselheira Helena Lúcia Menezes Ferreira: “Eu gostaria de reiterar a
267 relevância e importância dessa proposta metodológica, que eu vejo como
268 excelente instrumento de gestão do órgão, não só para poder implementar
269 ações, priorizar aonde estão as deficiências, aonde estão os acertos. Muitas
270 vezes, nós sabemos, nem tudo é 100%. E ainda que alguma questão esteja
271 precisando de aprimoramento em outros aspectos, não significa que não se
272 deva criar ou propor avanços para até identificar com clareza. Porque o que
273 eu vejo de vantagem dessa metodologia é que ela sistematiza, consolida em
274 um conjunto de informações, para dar direcionamento para aprimoramento.
275 Eu acho fantástico o trabalho. E o indicador é uma forma simplificada de
276 poder comunicar com o gestor e com o público em geral. Eu vejo as
277 preocupações que foram apontadas, que isso poderá – eu sou muito otimista
278 – no futuro se adequar, adaptar para a gestão dos grupos de trabalho, para
279 a gestão dos Comitês, para verificar quais são os indicadores que estão
280 sendo efetivamente alcançados ou não, para que o GT tenha êxito, para que
281 o Comitê tenha êxito. E não vejo nenhum conflito em relação ao que é a
282 função de cada um, como ele mesmo pontuou. É um instrumento de gestão
283 e, como toda metodologia, ao longo do uso se verifica ‘tal indicador não ficou
284 tão claro, faltou esse, vamos adequar aqui’, e vai se ajustando. Eu acho uma
285 ferramenta muito boa para que se possa ter condição de monitorar as ações
286 do próprio órgão.” Presidente Carlos Alberto Santos Oliveira: “Nesse sentido,
287 eu proponho que façamos uma leitura cuidadosa aqui do que está sendo
288 deliberado. A respeito desses indicadores dessa proposta metodológica,
289 cada um, pessoalmente, se quiser, aprofunde-se nela e depois procure o
290 socorro do Morel para pegar esclarecimentos, que nós sabemos que virão
291 com o aprimoramento do modelo que está se propondo. ‘Art. 1º Os
292 Indicadores de Governança do Sistema Estadual de Recursos Hídricos do
293 Estado de Minas Gerais serão avaliados no âmbito de 4 (quatro) dimensões
294 da gestão.’ Eu achava que essas quatro dimensões, que estão no artigo 3º,
295 deveriam vir logo abaixo. Mas vamos ver quais são as quatro dimensões. O

296 artigo 3º, aproveitando a sugestão da conselheira Helena: ‘Art. 3º As
297 dimensões da governança do Sistema Estadual de Gerenciamento de
298 Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais são: I – Ambiente
299 Institucional e Relações Intergovernamentais – Que apresenta a efetividade
300 da lei e a importância do tema para a agenda pública; e os níveis de
301 articulação intersetorial e intrasetorial e participação municipal no Sistema de
302 Gestão de Recursos Hídricos, em seus diversos fóruns;’. Aqui só citou a
303 participação do município, e na realidade nós temos o município e o próprio
304 Estado.” Conselheiro José de Castro Procópio: “Eu estou levantando a
305 questão de se nesse tópico não teria que citar, de alguma forma, as
306 interferências nacionais, ou seja, da União.” Morel Queiroz da Costa
307 Ribeiro/IGAM: “Esse enunciado estava previsto desde o início, quando se
308 começou a discutir essa proposta de governança. A referência à participação
309 municipal no Sistema está indicada aqui nas relações intergovernamentais,
310 porque uma das preocupações é exatamente a questão municipal. O
311 município tem competências de uso e ocupação. Aqui se discutem, definem
312 as políticas de gestão de recursos hídricos, e o município não tem. Por outro
313 lado, o município tem as suas atribuições, as suas competências. A ideia ao
314 se colocar isso nessa discussão é de que a participação municipal é
315 importante em termos da introjeção desses princípios na execução dessas
316 políticas no território do município. É uma forma de tentar conciliar. Como
317 nos Comitês nós temos a participação das administrações municipais, isso
318 permaneceu aqui nesses termos. Quando fazemos na dimensão de uma
319 proposição de um componente e do indicador de verificação, relacionamos
320 as prefeituras. O exercício que eu fiz para as políticas públicas municipais,
321 no caso do Velhas. Belo Horizonte, Sabará, Ouro Preto etc. São nesses
322 termos que isso está colocado aqui. Volto a dizer, para esse primeiro
323 momento, caso aprovado, de exercício de avaliação da governança da
324 gestão.” Conselheira Helena Lúcia Menezes Ferreira: “Mas na hora que ele
325 pontuou a questão do aspecto tanto em âmbito nacional quanto estadual, eu
326 acho que é só uma questão de redação. Não valeria a pena explicitar isso
327 aqui no artigo? ‘... e os níveis de articulação intersetorial e intrasetorial e
328 participação em âmbito nacional, estadual e municipal’. Eu estou
329 interpretando assim. Porque ficou o destaque do municipal, e existe também
330 com a Federação e o Estado. É uma questão só de texto, no meu
331 entendimento.” Conselheiro José de Castro Procópio: “Se não era vantajoso,
332 já incluir, de alguma forma, a União, porque, caso surgisse qualquer
333 problema, já estava escrito.” Conselheira Helena Lúcia Menezes Ferreira: “É
334 só incluir os termos ‘nacional, estadual e municipal’, as três esferas.”
335 Presidente Carlos Alberto Santos Oliveira: “A matéria com que nós estamos
336 trabalhando é ‘indicadores de governança no âmbito do Estado de Minas
337 Gerais’. Então, na hora que estou tratando no comitê federal, não seria
338 aqui.” Conselheira Helena Lúcia Menezes Ferreira: “É, sim, porque ‘inter-

339 relações intergovernamentais'. Não diz que é só no governo de Minas, é
340 relação intergovernos." Presidente Carlos Alberto Santos Oliveira: "As
341 relações podem ser intergovernamentais, mas os indicadores de que
342 estamos precisando são da gestão das águas em Minas Gerais."
343 Conselheira Helena Lúcia Menezes Ferreira: "Mas não tem que ter inter-
344 relação com a ANA?" Presidente Carlos Alberto Santos Oliveira: "Eu acho
345 que não." Conselheira Helena Lúcia Menezes Ferreira: "Não tem nenhum
346 indicador na relação que busca o cumprimento de questões afetas às
347 orientações da ANA?" Morel Queiroz da Costa Ribeiro/IGAM: "Na realidade,
348 a ideia é que seja intergovernamental em termos do Sistema Estadual de
349 Gestão, mas a dúvida que você está levantando eu compreendo e concordo.
350 Porque se for discutir, por exemplo, no âmbito de uma política, a política
351 específica do setor elétrico é de competência federal. Em termos setoriais,
352 no caso do setor elétrico, por exemplo, sai fora dessa gestão, você não
353 consideraria? Se ficar aberto também, como está colocado aqui, permite
354 esse entendimento." Conselheira Helena Lúcia Menezes Ferreira: "Eu
355 entendo, mas dizem que em lei tem que se deixar tudo muito claro. Para
356 mim, está claro, mas, na hora que ele pontua, já surgiu uma dúvida. Porque
357 quando você põe 'municipal' você deu destaque. Por que as outras não
358 foram." Morel Queiroz da Costa Ribeiro/IGAM: "É por causa dessa
359 peculiaridade das competências do município. Não significa que as outras
360 esferas não teriam." Conselheira Helena Lúcia Menezes Ferreira: "Eu nem
361 havia atinado para isso, meu raciocínio está crescendo em função da
362 ponderação dele." Conselheiro Marcelo da Fonseca: "A proposta de incluir
363 os municípios, focada nos municípios, é muito em função da ausência dos
364 municípios dentro das políticas estadual e nacional de recursos hídricos. Os
365 municípios, em que pese terem esse papel fundamental na gestão de uso e
366 ocupação do solo, ficam muito apartados da gestão de recursos hídricos.
367 Por mais que tenha a previsão de participação deles nos Comitês de Bacia e
368 no próprio Conselho, muitas vezes eles não são atores atuantes no
369 processo. A ideia de mensurar, de buscar um indicador que também foque
370 os municípios é por entender que esse é um ator fundamental na gestão dos
371 recursos hídricos. Por isso que foi dado esse foco aos municípios, para
372 poder acompanhar e identificar isso. Anteriormente, havia até na própria
373 estrutura do IGAM uma gerência específica que fazia essa articulação com
374 os municípios para a implementação das políticas de recursos hídricos. A
375 ideia é nesse sentido. Mas eu também concordo com a conselheira quando
376 coloca que talvez seria interessante deixar a abertura para essa avaliação
377 em nível federal também." Conselheira Helena Lúcia Menezes Ferreira:
378 "Completando sua linha de raciocínio, se não existe nenhum indicador da
379 articulação do IGAM com a ANA, já é um aprimoramento para inclusão,
380 porque ela faz isso na prática, e isso é um indicador forte, mostra que está
381 em consonância com a política de governo." Presidente Carlos Alberto

382 Santos Oliveira: “A intenção é muito boa, mas, se eu tivesse que sugerir
383 alguma coisa aqui, seria participação municipal e estadual. Eu não conto
384 aqui com a questão federal. A questão federal tem o Conselho Nacional de
385 Recursos Hídricos, tem todas aquelas Câmaras do sistema federal. E aqui
386 esses passos que estamos pretendendo dar já são muito grandes aqui
387 dentro de Minas Gerais. Mas, aproveitando a própria sugestão sua, o
388 caminho se faz é caminhando. E o fato de não ter aqui uma ampliação dessa
389 participação não impede que ela seja construída ao longo do tempo pela
390 própria necessidade. Então, vamos ver aqui o item 2, a segunda dimensão.”
391 Conselheira Helena Lúcia Menezes Ferreira: “Senhor presidente, o senhor
392 ponderou que a sequência dos artigos deveria ser o 3º e após o 2º. Eu tenho
393 uma proposta: colocar o 2º como 1º, os conceitos, e aí vem a sequência. E
394 de uma maneira geral a definição de conceitos vem na frente. O 2º passa a
395 ser o 1º: ‘Para efeito desta Deliberação são adotadas as seguintes
396 definições.’ Artigo 2º: ‘Os indicadores de governança serão avaliados em
397 quatro dimensões...’ O 3º continua: ‘As dimensões de governança...’ Aí vem
398 na sequência.” Presidente Carlos Alberto Santos Oliveira: “A conselheira
399 está propondo que o artigo 2º passe a ser o 1º. Depois uma sugestão minha
400 e dela: os artigos 1º e 3º serão fundidos em um só, que vai ser o 2º.”
401 Conselheiro Luciano José Alvarenga: “Eu estou de acordo com a sugestão
402 da Helena. Eu acho que, de fato, tem que haver essa fusão. O artigo 2º, em
403 termos lógicos, sendo o que inaugura, a norma vai ficar melhor. Mas eu acho
404 que dá para fundir o artigo 1º com o 3º aproveitando a parte principal do 1º.
405 ‘Os Indicadores de Governança do Sistema Estadual de Recursos Hídricos
406 do Estado de Minas Gerais serão avaliados no âmbito de 4 (quatro)
407 dimensões da gestão, a saber...’” Presidente Carlos Alberto Santos Oliveira:
408 “Então, nós corrigimos o 3º, que vai ser 2º. E vamos passar o 2º para ser 1º.
409 Então, já fechando uma proposta de redação para o artigo 2º, que vai ser o
410 1º.” Conselheira Helena Lúcia Menezes Ferreira: “Artigo 1º - Para efeito
411 desta Deliberação são adotadas as seguintes definições:’ No meu
412 entendimento, a partir da explanação dele, o artigo 3º é eliminado, e o 1º
413 passa a ser o 2º, acrescido, no final, da expressão ‘quais sejam’ ou ‘a saber’.
414 Ficaria o artigo 2º: ‘Os Indicadores de Governança do Sistema Estadual de
415 Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais serão avaliados no âmbito de
416 4 (quatro) dimensões da gestão, a saber: I - Ambiente Institucional e
417 Relações Intergovernamentais...’” Presidente Carlos Alberto Santos Oliveira:
418 “Nós fizemos as modificações, mas não lemos a dimensão nº 2, a dimensão
419 nº 3, a dimensão nº 4. ‘II - Capacidades Estatais – Apresenta requisitos
420 demonstrativos da capacidade institucional;’ ‘III - Instrumentos de Gestão -
421 Apresenta os instrumentos de gestão de recursos hídricos no que tange às
422 esferas de planejamento, metas e monitoramento;’ ‘IV – Interação Estado e
423 Sociedade - Apresenta e qualifica os canais de participação;’. Então,
424 fechamos os artigos 1º e 2º e vamos para o artigo 4º, que vai ser 3º.”

425 Conselheira Helena Lúcia Menezes Ferreira: “Se me permite, senhor
426 presidente, nós não lemos os conceitos. Eu posso ler? ‘I – Indicador -
427 Instrumento que permite identificar e medir aspectos relacionados a um
428 determinado conceito, fenômeno, problema ou resultado de uma intervenção
429 na realidade’. A minha proposta de redação mantém o conteúdo, mas de
430 uma outra forma descrita, porque a ferramenta ou instrumento vai ser o
431 índice no final, então, o indicador é um sinal que vai apontar para isso. A
432 minha sugestão é: ‘Sinal mensurável ou tangível de um determinado
433 conceito, fenômeno, problema ou resultado de uma intervenção na
434 realidade’. Essa é a minha proposta de redação. ‘Monitoramento -
435 Acompanhamento sistematizado, contínuo e permanente...’ Eu acho que não
436 só gera, mas é dos próprios dados e informações. E ‘permite evidenciar
437 impactos sobre o desenvolvimento, desempenho e grau de realização de
438 intervenções implantadas’. Presidente Carlos Alberto Santos Oliveira: “Eu
439 queria sugerir para fazer a leitura.” Ludmila Carmo da Silva/SEMAD:
440 “‘Indicador - Sinal mensurável ou tangível de um determinado conceito,
441 fenômeno, problema ou resultado de uma intervenção na realidade’.”
442 Presidente Carlos Alberto Santos Oliveira: “Nós temos o item ‘indicadores’
443 que foi lançado na minuta e o que foi sugerido pela colega. O IGAM quer
444 defender a sua proposta? Ok? Algum conselheiro? Então, a sugestão da
445 conselheira fica aprovada em substituição à proposta inicial.” Ludmila Carmo
446 da Silva/SEMAD: “‘Monitoramento - Acompanhamento sistematizado,
447 contínuo e permanente de dados e informações que permite evidenciar os
448 impactos positivos e negativos sobre o desenvolvimento, desempenho e
449 grau de realização, objetivos, metas, cronogramas e recursos de
450 intervenções implantadas, programa, projetos ou ações’.” Presidente Carlos
451 Alberto Santos Oliveira: “A proposta original da DN e a proposta da
452 conselheira. O IGAM quer defender a proposta original? Acolhida, então, a
453 proposta da conselheira.” Ludmila Carmo da Silva/SEMAD: “Governança
454 pública - Conjunto de regras políticas, institucionais e administrativas, bem
455 como de práticas e processos formais e informais aplicáveis a tomada de
456 decisões e implementação compartilhada entre o governo e a sociedade.”
457 Presidente Carlos Alberto Santos Oliveira: “Aprovada, então, a proposta da
458 conselheira. Nós temos os artigos 1º e 2º, que foram renumerados. Já
459 fechamos as ‘dimensões’. Então, vamos para o artigo 4º, que vai passar a
460 ser o 3º. ‘Os indicadores das dimensões da governança do Sistema Estadual
461 de Gerenciamento de Recursos Hídricos serão monitorados anualmente,
462 conforme descrição contida no Anexo Único desta Deliberação’. Alguém tem
463 alguma sugestão no caput do artigo 3º? ‘§1º - Os resultados deverão ser
464 apresentados anualmente, para análise, verificação de pertinência e decisão
465 sobre encaminhamentos diante dos resultados, na última reunião anual do
466 Conselho Estadual de Recursos Hídricos. §2º - Para o cumprimento do
467 disposto no parágrafo anterior, uma comissão deverá ser formada pelo

468 Conselho Estadual de Recursos Hídricos. §3º - A comissão citada no
469 parágrafo anterior será formada por no mínimo 1 representante de cada
470 segmento e terá no máximo 9 componentes e será sempre paritária.’ Eu
471 acho que o §3º está legal, mas essa questão da paridade tem sido uma
472 pedra no sapato desses Conselhos aqui do Conselho de Recursos Hídricos.
473 Porque paritária tem a questão do município. Nós comentamos aqui, no
474 começo da reunião, do rapaz que tinha um problema para vir e não pôde vir
475 por razões que até já sabemos quais são. Possivelmente, por dificuldades
476 financeiras ou outras parecidas. Então, o componente ‘município’ na
477 paridade fica sempre muito prejudicado. E está aqui também na proposta de
478 acompanhamento dos indicadores. Enfim, alguém tem alguma sugestão a
479 mais? Foi só um comentário que eu fiz, a questão de a paridade ter sido
480 quase que uma limitação.” Conselheira Helena Lúcia Menezes Ferreira:
481 “Seguindo a sua ponderação, será que caberia, como sugestão,
482 ‘preferencialmente, sempre paritário’? Porque aí não é obrigatório, mas não
483 elimina a questão.” Presidente Carlos Alberto Santos Oliveira: “A paridade é
484 uma bandeira do modelo, mas eu vejo com bons olhos a sua sugestão.”
485 Conselheira Helena Lúcia Menezes Ferreira: “Nós, inclusive, não tivemos a
486 reunião do GT justamente por uma questão semelhante.” Presidente Carlos
487 Alberto Santos Oliveira: “Quando for possível, paritário.” Conselheira Helena
488 Lúcia Menezes Ferreira: “Eu não sei as implicações, qual é a lógica dentro
489 do IGAM, se fere a questão da Política Estadual, se isso pode trazer
490 desdobramentos de usufruírem sempre...” Conselheiro Luciano José
491 Alvarenga: “Eu entendo as razões levantadas, as dificuldades que há para
492 participar. As dificuldades existem, de fato, e por motivos econômicos hoje
493 em dia, mas eu acho que levar essa dificuldade, reconhece-la na norma é
494 um perigo, é um risco do Conselho. Porque o ‘preferencialmente’ pode trazer
495 para o funcionamento deste órgão colegiado uma implicação ruim, eu acho.
496 Na verdade, a paridade é vista como uma conquista. Então, eu acho que
497 levar o problema para a norma é ruim. Eu acho que devemos manter como
498 está e tentar enfrentar o problema no nível dos fatos. Eu acho que esse é o
499 desafio. E tentando ser contributivo, já uma outra sugestão, apenas uma
500 questão de português, já adiantarmos a relação da norma. Eu acho que tem
501 um ‘e’ sobrando. Poderia ser: ‘A comissão citada no parágrafo anterior será
502 formada por no mínimo um representante de cada segmento, terá no
503 máximo nove componentes e será sempre paritária’.” Conselheira Helena
504 Lúcia Menezes Ferreira: “Eu concordo e retiro a minha proposta.” Presidente
505 Carlos Alberto Santos Oliveira: “Eu também concordo. Manteve a redação,
506 com uma vírgula. Poderia ler para nós, por favor?” Ludmila Carmo da
507 Silva/SEMAD: “A comissão citada no parágrafo anterior será formada por no
508 mínimo um representante de cada segmento com no máximo nove
509 componentes e de forma paritária’.” Conselheiro Rodrigo José Gonçalves:
510 “Eu só estou em dúvida porque é o mínimo de um por segmento e o máximo

511 de nove. Não tem mais de nove segmentos?” Presidente Carlos Alberto
512 Santos Oliveira: “Os conselheiros têm alguma outra sugestão? O órgão
513 ambiental concorda?” Ludmila Carmo da Silva/SEMAD: “A comissão citada
514 no parágrafo anterior será formada por no mínimo um representante de cada
515 segmento com no máximo oito membros, de forma paritária.” Presidente
516 Carlos Alberto Santos Oliveira: “Com isso, nós terminamos de examinar esse
517 precioso instrumento que compõe as normas do Sistema Estadual de
518 Gerenciamento de Recursos Hídricos.” Conselheiro José de Castro
519 Procópio: “O texto está perfeito. Eu tenho outra ponderação, que eu
520 consultei minhas bases, ou seja, a formação do Guaicuy...” Presidente
521 Carlos Alberto Santos Oliveira: “Espera aí, nós estamos encerrando a DN, e
522 você está vindo com novas considerações?” Conselheiro José de Castro
523 Procópio: “É uma consideração pesada porque, na realidade, sim, eu tenho
524 instrução dos titulares de pedido de vista, uma vez que não vai passar na
525 CTPLAN e na CTIG. Porque eles têm ponderações. Quem estudou o
526 material não fui eu. Estou com total sinceridade. Eu liguei agora para
527 confirmar porque eu achava que não deveria, mas, como foi feito um acordo,
528 na época da eleição do segmento da sociedade civil, eu tenho mais duas
529 ONGs pertencentes a essa vaga, que está com o nome do Guaicuy. Vocês
530 conhecem: o Malacco e o Gazzinelli. E eles estão querendo pedido de vista,
531 a não ser que fosse passar na CTPLAN e na CTIG. Eles têm ponderação.
532 Eu não estudei o material a profundo, eles, sim.” Presidente Carlos Alberto
533 Santos Oliveira: “Eu vou te garantir que eles não estudaram nada
534 profundamente. E não tenho medo nenhum de ficar na ata que as ONGs
535 poderiam dar contribuição muito melhor para o meio ambiente, e não é isso
536 que acontece. A vista é regulamentar, está dada a vista. E eu quero ver o
537 relatório que eles vão trazer no final. Ok. Nós concluímos o nosso trabalho.
538 Eu me esqueci de dizer, inicialmente, que estou presidindo, nesta reunião,
539 esta CTIL com muita honra, substituindo o Dr. Breno Lasmar. E, com a
540 concessão da vista, eu declaro encerrada a reunião... Eu havia encerrado a
541 reunião, mas faço uma reabertura, porque a nossa colega procuradora aqui
542 está querendo fazer uma manifestação.” Letícia Ribeiro Pacheco
543 Lages/IGAM: “Eu sou representante da Procuradoria. Eu estava vendo aqui
544 o Regimento Interno sobre a questão de pedido de vista, e o pedido de vista
545 deve ser feito antes de a matéria ser submetida a votação. Então, no
546 momento em que o presidente colocou o texto da DN para ser votada a
547 redação, e cada membro já foi expondo sua opinião sobre essa redação, é
548 como se você já estivesse votando e concordando com a DN. Então, esse
549 pedido de vista deveria ter sido feito antes de ter sido iniciada a análise do
550 texto da DN. Porque, a partir do momento que você está se manifestando
551 ‘essa redação eu não concordo, essa redação tem que estar assim’, você
552 está votando a favor daquele artigo, consequentemente, você está votando a
553 favor daquela DN. Então, qualquer manifestação de pedido de vista ou de

554 diligência deveria ter sido feita antes na análise do texto. Está de acordo
555 com o artigo 41, mais especificadamente, §1º do Regimento Interno do
556 Conselho.” Conselheiro Denes Martins da Costa Lott: “Só um
557 questionamento em relação a esse posicionamento. Parece-me –eu já vi
558 isso em outro regimento, mas não sei se nesse tem – que o pedido de vista
559 também tem que ser fundamentado.” Letícia Ribeiro Pacheco Lages/IGAM:
560 “Eu vou ler o artigo. É o artigo 41 do Regimento Interno. ‘Para fins desta
561 Deliberação Normativa, entende-se por pedido de vista a solicitação de
562 apreciação de matéria em pauta com intenção de sanar dúvida ou
563 apresentar proposta de decisão alternativa, devendo sempre resultar na
564 apresentação de um parecer encaminhado à Secretaria e disponibilizado
565 juntamente com a pauta da reunião imediatamente subsequente.’ Então,
566 todo pedido de vista, aquele que pediu, para a próxima reunião, tem que
567 fazer um relatório. ‘§1º - O pedido de vista deverá ser feito antes de a
568 matéria ser submetida a votação, devidamente fundamentado e por uma
569 única vez, salvo quando houver superveniência de fato novo devidamente
570 fundamentado’.” Conselheiro José de Castro Procópio: “Só tem um
571 problema: na realidade, nós votamos o texto da DN, não a aprovação final
572 da DN, que ainda não tinha sido feita. Tudo bem, aí eu deixo a cargo de
573 vocês.” Letícia Ribeiro Pacheco Lages/IGAM: “Existem duas coisas: a
574 questão de você discutir o formato do ato ou o mérito. Então, a partir do
575 momento que teve aquela discussão, que foram feitas perguntas para o
576 pessoal técnico do IGAM e passou-se para a análise do aspecto formal da
577 DN, pressupõe-se que, quanto ao mérito, já foi acertado que os conselheiros
578 concordaram com aquilo. Então, já está passando para uma questão de
579 como aquele mérito está sendo exposto, como está sendo aquela redação.
580 Então, foram duas etapas. Antes de passar para a questão formal, tinha que
581 ter sido levantada a questão do conteúdo, que seria sanar alguma dúvida ou
582 apresentar uma nova proposta. Por exemplo, tirar algum indicador,
583 acrescentar, coisas nesse sentido. Então, pelo Regimento Interno, eu
584 acredito que o pedido de vista deveria ter sido feito ou questões de pedido
585 de diligência, antes de a minuta ter começado a ser dissecada pelos
586 conselheiros quanto à redação.” Presidente Carlos Alberto Santos Oliveira:
587 “Diante dessa nova questão que foi colocada, eu corrijo a minha decisão de
588 conceder o pedido de vista e, acatando a orientação da procuradora, coloco
589 a matéria em votação de acordo com as alterações realizadas durante a
590 discussão. Quem estiver a favor da aprovação da DN com as modificações
591 que foram aqui discutidas permaneça como está. Quem for contra se
592 manifeste. E se tiver alguma abstenção também se manifeste. Abstenção do
593 conselheiro Procópio.” Conselheiro José de Castro Procópio: “Eu não sou
594 contra, eu vou me abster de votar porque, na verdade, eu estou tentando
595 colocar uma questão de articulação do setor de ONGs, que colocou o
596 Guaicuy nessa posição. Infelizmente, por desconhecimento do Regimento,

597 eu fiz um erro. Então, eu vou me abster.” Presidente Carlos Alberto Santos
598 Oliveira: “Você cumpriu o seu papel.” Conselheiro José de Castro Procópio:
599 “Sim. Mas vocês entenderam que eu estou tentando atender ao segmento?
600 Eu vou me abster. Pessoalmente, eu tenho uma opinião, mas, como eu
601 represento um segmento, é isso.” Presidente Carlos Alberto Santos Oliveira:
602 “Então, está aprovada a DN com as modificações discutidas, com voto de
603 todos os conselheiros, excetuando-se o conselheiro Procópio, que se
604 absteve. Estão me alertando aqui que o anexo também entra na aprovação.
605 Então, eu indago aos senhores conselheiros se alguém tem alguma
606 colocação a respeito do anexo apresentado, que na realidade vem a ser a
607 ‘Proposta metodológica dos indicadores e índices de governança da gestão
608 das águas em Minas Gerais’, da qual foi feita apresentação pelo Dr. Morel.”
609 Conselheira Denise Bernardes Couto: “O anexo entra como parte integrante,
610 mas, pelo que estou vendo, a apresentação que o Morel fez já engloba a
611 metodologia que está sendo descrita nesse anexo que compõe essa minuta
612 de deliberação normativa.” Presidente Carlos Alberto Santos Oliveira:
613 “Acolhendo aqui as palavras finais da conselheira Denise, eu considero
614 como aprovados a minuta de DN, o anexo – a proposta metodológica –,
615 desejo vida longa e sucesso para esse procedimento e encerro esta reunião
616 agradecendo a presença de todos.” **5) ASSUNTOS GERAIS.** Não houve
617 manifestações. **6) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a
618 serem tratados, o presidente Carlos Alberto Santos Oliveira agradeceu a
619 presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta
620 ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Carlos Alberto Santos Oliveira
Presidente da Câmara Técnica Institucional e Legal